

## Moção

### **Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação**

A habitação é hoje uma preocupação de milhões de portugueses, seja de quem tem casa arrendada e se vê confrontado com aumentos de renda ou risco de despejo, seja de quem tem um crédito à habitação e vê a prestação aumentar para valores incomportáveis, seja ainda de quem não tem acesso à habitação porque não consegue encontrar uma casa com condições dignas para viver e que possa pagar.

Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública.

Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhar de famílias.

Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector.

Estas medidas não estão no chamado pacote “mais habitação”. Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional.

Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assumpção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano.

A Assembleia de Freguesia de Rio de Mouro, reunida a 28 de Setembro de 2023, delibera:

1. Reclamar a adopção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das

taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital;

2. Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, ajustando-o ao rendimento médio das famílias, incentivando o apoio às famílias, bem como o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos;
3. Exigir do Governo as acções necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes;
4. Apelar à participação da população nas acções convocadas para o próximo dia 30 de Setembro em defesa do Direito à Habitação.

A ser aprovada esta moção deve ser endossada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e restante Governo e publicada no site da Junta de Freguesia.

Rio de Mouro, 28 de Setembro de 2023